



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
DIVISÃO DE APOIO AO COMITÊ INTERFEDERATIVO - DCI/PRESID

ATA DA REUNIÃO INTERCÂMARAS DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

1
2
3
4
5
6
7
8 Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos, na
9 sala da DIREC da Agência Nacional de Águas/ANA, localizada no Setor Policial Sul, Área 05,
10 Quadra 03, Bloco M – Brasília/DF, teve início a Reunião Intercâmaras do Comitê Interfederativo,
11 com videoconferência para Minas Gerais e Espírito Santo. Verificada a presença da maioria dos
12 coordenadores de Câmaras Técnicas, a Presidente do CIF cumprimentou a todos e solicitou a
13 apresentação da Ernst & Young. O representante da auditoria independente projetou ilustração da
14 estrutura de governança, exemplificando a relação entre o CIF, as CTs, a Fundação e a auditoria. O
15 representante da EY declarou que a auditoria não se reporta diretamente à Renova, mas ao CIF,
16 apesar dos pagamentos serem realizados pela Fundação, conforme as Cláusulas 198 do TTAC. A
17 auditoria independente possui natureza finalística, ou seja, não verifica o dispêndio com os
18 programas, apenas o cumprimento da finalidade de cada um dos programas. O representante da EY
19 informou que outra empresa contratada, a PwC, é responsável pela auditoria das demonstrações
20 financeiras de cada um dos programas, destacando a importância das duas auditorias de naturezas
21 diferentes e independentes terem sido contratadas, para que a parte da demonstração financeira seja
22 totalmente isenta, avaliada por outra empresa que não avaliará os programas. A coordenadora da
23 CT-SHQA solicitou que os Estados de MG e ES indiquem representantes para o NAF, visto que o
24 Ibama e ANA já indicaram nomes para o núcleo. Em seguida, mencionou que foi constatado que
25 duas empresas foram contratadas para elaboração de TR idêntico, a ser utilizado pela CT-FLOR e
26 pela CT-SHQA. A coordenadora também questionou acerca do ressarcimento, comunicando que a
27 ANA vem arcando com passagens e diárias para os técnicos desempenharem as suas funções nos
28 Estados, mas que haverá dificuldades na manutenção desses gastos futuramente. O representante
29 da EY respondeu que já existem exemplos relativos ao ressarcimento que podem ser auditados, não
30 sendo necessária a conclusão do programa para se dar início à auditoria. Destacou que a auditoria
31 possui banco de dados com o levantamento de todos os gastos realizados pela Samarco dentro do
32 Estado de MG e que, por determinação do Ministério Público, os gastos relativos ao Estado do ES
33 também estão sendo levantados. Em relação ao dispêndio com programas específicos, a EY está se
34 preparando para iniciar o trabalho, tendo em vista que as ações simultâneas em diversos programas
35 aumentará a demanda de auditoria. Em seguida, o representante da EY apresentou as atribuições da
36 auditoria no âmbito do TTAC, conforme Cláusulas 198 a 202, e enfatizou que a PwC auditará a
37 contabilidade de cada um desses programas, salientando que ambas auditorias deverão trabalhar
38 juntas devido à complexidade das atribuições. Na sequência, passou-se a tratar do tema relativo à
39 definição dos indicadores, ressaltando a importância da participação da EY nas reuniões das CTs,
40 para elaboração de indicadores que atestem o cumprimento dos objetivos finalísticos de cada
41 programa, evitando-se programas cuja execução seja demasiada complexa para construção de
42 parâmetros mínimos de mensuração das atividades. Informou que os indicadores são propostos pela
43 Renova, a qual deve discutir com as CTs a elaboração de indicadores mensuráveis, salientando a
44 dificuldade de se trabalhar com muitos indicadores, sendo preferível a simplificação em dois ou três
45 indicadores. Também ressaltou que determinados indicadores poderão ser utilizados em vários
46 programas, requerendo que a Fundação elabore mapa para detalhamento da transversalidade desses
47 indicadores, de modo a evitar a duplicidade de trabalho. A coordenadora CT-FLOR solicitou
48 esclarecimento relativo à construção de indicadores de programas similares, mas com objetivos
49 finalísticos diferentes. O representante da EY esclareceu o papel da auditoria na avaliação de
50 conformidade das proposições com os objetivos finalísticos do programa, após o aval técnico da
51 Fundação e da CT, formulando exemplos hipotéticos. Em seguida, destacou que a auditoria poderá
52 solicitar maiores informações aos técnicos responsáveis pelos programas e/ou a reelaboração da
53 proposição do indicador. A Presidente do CIF ponderou que, aparentemente, os trabalhos em relação

Amey

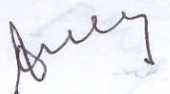
54 à construção dos indicadores estão atrasados. O representante da EY informou que comunicou o
55 atraso dos trabalhos à Renova, a qual se comprometeu em acelerar as atividades relativas aos
56 indicadores e que estimam que até dezembro deste ano já haverão resultados a serem apresentados.
57 A Presidente do CIF frisou que os indicadores devem ser específicos para avaliação de cada
58 programa, e não genéricos, mas que em determinados programas correlatos podem ocorrer
59 similaridades entre os indicadores. A coordenadora da CT-SHQA destacou a importância da
60 utilização de indicadores já consolidados em outros programas, citando a Cláusula 169 como
61 exemplo. Assim, a auditoria poderia trabalhar por similaridade entre os indicadores já existentes,
62 descartando-se a elaboração de novos indicadores. Também mencionou que, em novembro, a ANA
63 entregará relatório sobre a qualidade da água, contendo vários indicadores que podem ser
64 aproveitados, destacando a relevância da publicidade dos indicadores ao público em geral e da
65 ciência da construção dos indicadores e seus parâmetros aos operadores públicos, para auxiliar na
66 elaboração de políticas públicas. O representante da EY afirmou que a auditoria relativa ao
67 ressarcimento está em andamento, porém apenas o município de Rio Doce entregou toda a
68 documentação pertinente. Também informou que a auditoria está elaborando documento com
69 diagnóstico atual de quais programas já podem ser auditados, dependendo do aval do CIF e da
70 Fundação. Esse início prévio dos trabalhos evitará o acúmulo de atividades no futuro. A Presidente
71 do CIF questionou sobre o andamento dos trabalhos relativos ao cadastro dos impactados. O
72 representante da EY respondeu que a auditoria poderá iniciar os trabalhos após solicitação da
73 Renova. A coordenadora da CT-SHQA enviará ofício solicitando o início da auditoria do PMQQS e
74 a coordenadora da CT-FLOR fará o mesmo em relação ao programa de nascentes. O coordenador
75 suplente da CT-BIO explicou que os programas são multidisciplinares e relacionados, sendo de
76 extrema importância que as equipes da Fundação e do CIF trabalhem em conjunto, com
77 instrumentos de intercâmbio de informações para definição dos critérios de cada indicador. A
78 coordenadora da CT-SHQA citou deliberação que declara cumprido o PMQQS, porém sem que o
79 mesmo tenha sido auditado. A Presidente do CIF apontou a possibilidade de correção, para que os
80 programas ou cláusulas sejam encerrados somente após a auditoria. Consenso sobre a necessidade
81 de melhoria da comunicação sobre os trabalhos da auditoria, em conjunto com as CTs e a Renova.
82 O representante da EY solicitou que todos os ofícios contendo solicitações à Renova sejam
83 copiados à auditoria, para que haja sincronização entre os trabalhos e maior cobrança da Fundação.
84 A Presidente do CIF questionou sobre a possibilidade de solicitação de plano de trabalho relativo às
85 auditorias de ação e aos indicadores. O representante da EY informou que, em determinados
86 programas de infraestrutura, é possível iniciar ambos os trabalhos, pois os indicadores já foram
87 apresentados e diversas ações executadas. A SECEX elaborará requerimentos padronizados das CTs
88 para a Fundação com solicitação do início do trabalho da auditoria relativa à ação e aos indicadores
89 em determinados programas. A Presidente adiantou que o fluxo de trabalho se iniciará através das
90 CTs, as quais oficiarão a Renova, com cópia para a EY, solicitando o início do trabalho de auditoria.
91 A representante da EY mencionou que, quanto ao programa de cadastro de impactados, apesar de
92 ainda não existirem indicadores, é possível iniciar a análise da base de dados referente a mais de
93 quinze mil famílias, verificando-se possíveis inconsistências, tais quais, a verificação da
94 documentação e das propriedades fora da área de abrangência do TTAC. A Presidente do CIF
95 informou que a SECEX oficiará à Renova solicitando que se iniciem os trabalhos de auditoria da
96 ação em todos os programas e da auditoria dos indicadores para os programas em estágios
97 avanzados de execução. A coordenadora da CT-CPDCS sugeriu que a auditoria apresente um roteiro
98 passo a passo para as atividades necessárias ao início do trabalho de auditoria, descrevendo os
99 documentos necessários, as formas de se avaliar os indicadores, entre outros procedimentos, a fim
100 de auxiliar o entendimento e a execução das atividades pelas CTs. O representante da EY informou
101 que o Procedimento Operacional Padrão – POP pode ser atualizado para auxiliar a todos na
102 execução dessas atividades. A Presidente do CIF questionou sobre a necessidade de atualização do
103 POP e o representante da EY respondeu que podem ser realizadas atualizações pontuais no
104 procedimento, para integração das orientações gerais sobre os instrumentos administrativos,
105 orientações e instruções para as CTs e Renova, para início das atividades de auditoria. A Presidente
106 do CIF sugeriu que as atualizações contenham orientações sobre o tipo de atividade a ser auditada, a
107 forma como se dará a auditoria, as ações realizadas passíveis de serem auditadas e um panorama do

Amey

108 andamento dos programas. A coordenadora da CT-FLOR sugeriu que esse documento também
109 contenha explicações relativas aos dispêndios, para esclarecimentos sobre a execução da auditoria
110 acerca das demonstrações contábeis, inclusive com a metodologia de análise dos dados e de como
111 serão construídos e avaliados os indicadores. Tendo em vista o longo período para homologação do
112 POP, o representante da EY afirmou ser possível elaborar as atualizações em paralelo, e as
113 alterações homologadas em conjunto. A coordenadora da CT-CPDCS sugeriu que a auditoria seja
114 realizada simultaneamente à realização dos trabalhos das CTs, sem que haja o encerramento do
115 programa, contribuindo no processo de desenvolvimento das atividades. A coordenadora da CT-
116 SHQA informou que a rede implantada no âmbito do PMQQS foi vistoriada pelas quatro CTs
117 socioambientais, as quais elaboraram relatório pela conformidade com que está disposto no TTAC e
118 solicitado pelas CTs, questionando se seria necessária vistoria presencial ou se o relatório das CTs
119 seria suficiente. O representante da EY apontou para a necessidade de nova vistoria presencial, uma
120 vez que as evidências da execução são necessárias em todos processos a serem auditados, ainda que
121 de forma amostral, para que a auditoria visite algumas estações da rede do PMQQS. Na sequência,
122 foram expostas atividades que não são atribuições das auditorias, ressaltando-se as previsões
123 contidas nas Cláusulas 187 e 188 do TTAC, primordialmente sob responsabilidade do CIF. O
124 representante da EY mencionou que a auditoria participa de todas as reuniões ordinárias do CIF e
125 das Câmaras Técnicas, exceto da CT-Saúde e CT-IPCT. Em seguida, a representante da EY
126 atualizou o cenário de envolvimento dos cinco municípios contemplados no projeto piloto de
127 ressarcimento. A Prefeitura de Governador Valadares ainda não respondeu ao Ofício solicitando
128 agendamento de reunião. A Prefeitura de Colatina solicitou que a entrega da documentação seja
129 realizada no final de novembro. A Prefeitura de Mariana ainda não encaminhou os documentos. A
130 Prefeitura de Barra Longa enviou os documentos, os quais não estavam em conformidade com as
131 diretrizes. Por fim, a Prefeitura de Rio Doce entregou a documentação de maneira satisfatória,
132 inclusive com as complementações solicitadas pela EY. A SECEX entrará em contato para que cada
133 um dos Prefeitos enviem a documentação referente ao projeto-piloto de ressarcimento. A
134 representante da EY comunicou que a auditoria atua efetivamente em dois programas, isto é, na
135 avaliação dos indicadores do Programa de Reconstrução e Recuperação de infraestruturas, e no
136 Projeto Piloto do Programa de Ressarcimento, informando que apenas um dos 41 programas do
137 TTAC possui a definição do programa, incluindo indicadores e regras de encerramento, aprovadas
138 pelo CIF. Também frisou que, até o momento, nenhuma das propostas de plano de ação e de
139 orçamento da Renova foram formalmente aprovadas pelo CIF ou avaliadas pelas CTs. A Presidente
140 do CIF destacou que apenas a CT-INFRA, em apenas um programa, a apresentou subsídios para
141 elaboração de indicadores, e que os coordenadores das CTs devem cobrar da Renova os dados e as
142 informações para confecção dos indicadores. A representante da EY mencionou que a CTEI
143 solicitou à Renova os dados referentes a todos os programas da CT. Os instrumentos que devem ser
144 apresentados para construção dos indicadores são: escopo, objetivo, indicadores, termo de
145 encerramento e plano de ação. O coordenador suplente da CTEI informou, via videoconferência,
146 que a Renova enviou os documentos solicitados, os quais estão sendo analisados, sendo que, acerca
147 dos indicadores, foram solicitadas reformulações com ajustes a serem realizados. Devido à
148 complexidade de alguns indicadores a serem auditados no futuro, a CTEI desenvolverá formas para
149 simplificá-los, mas que reflitam os objetivos determinados no TTAC. Provavelmente na reunião do
150 CIF em dezembro a CTEI apresentará NT sobre o tema. A Presidente do CIF sugeriu que as CTs se
151 reúnam com a EY, pelo menos uma vez nos próximos trinta dias, para discutir a pauta específica da
152 construção dos indicadores dos programas sob a sua responsabilidade. Na sequência foi apresentado
153 quadro detalhado sobre as formas como a EY pode contribuir, atualmente, por CT e por programa.
154 O representante da EY destacou que o acompanhamento pode ser executado, mesmo que o
155 programa não esteja com os parâmetros formalmente fechados. O coordenador da CT-INFRA
156 informou que os indicadores de eficiência para o reassentamento já estão prontos, e que a CT vem
157 analisando os parâmetros de eficácia. A SECEX enviará ofício à Renova solicitando o estágio atual
158 do Programa de Proteção aos Animais, para possível auditoria. A coordenadora da CT-FLOR
159 discorreu sobre legislação ambiental e questionou o posicionamento da auditoria. A Presidente do
160 CIF mencionou que, em alguns programas, a legislação ambiental deve ser considerada,
161 principalmente em relação às APPs, e que a EY deve levar em consideração os critérios definidos

162 em lei para o encerramento ou não do programa. O representante da EY afirmou que, em alguns
163 casos, haverá necessidade de flexibilização e que o desenvolvimento das atividades poderá
164 esclarecer as etapas para o encerramento dos programas. A integrante da CT-CPDCS sugeriu a
165 criação de *survey*, devido à complexidade na construção dos indicadores relativos à comunicação,
166 mencionando que, para a Renova, não existem indicadores para a comunicação, contrariamente ao
167 entendimento da coordenadora, que explicou que o *survey* pode ser iniciado em um marco zero e o
168 acompanhamento sendo realizado ao logo do tempo, para mensurar a evolução, com a utilização de
169 dados qualitativos, por se da área social. A Presidente do CIF solicitou que a EY apresente
170 documento com o estado atual de cada um dos programas e quais contribuições que a auditoria
171 poderá oferecer. O referido documento deverá ser simples, para nortear as CTs no início das
172 atividades junto à Renova, o qual poderá ser anexado ao Ofício a ser enviado pela SECEX
173 solicitando as proposições dos indicadores pela Renova. O coordenador suplente da CTEI sugeriu
174 uma auditoria piloto de forma amostral no banco de dados do Programa de Micro e Pequenos
175 Negócios, pois, devido à complexidade e do volume imenso de informações na fase emergencial,
176 esse piloto poderia contribuir substancialmente para a definição dos critérios para elaboração dos
177 indicadores desse programa. A representante da EY afirmou que incluirá essa solicitação nos
178 trabalhos da auditoria. Em seguida, o representante da EY apresentou determinadas ações que
179 podem ser executadas pelas CTs e pelo CIF, destacando a proposta do plano de ação do exercício
180 seguinte, apresentado pela Fundação em trinta de setembro, e o orçamento para o exercício
181 seguinte, previsto para ser apresentado pela Fundação em trinta de novembro. O coordenador da
182 CT-ECL informou que solicitou os dados financeiros sobre os programas de educação, cultura e
183 lazer, mas que a Renova ainda não respondeu satisfatoriamente, solicitando auxílio da EY na análise
184 dos dados. A EY poderá ajudar em relação à eficácia do programa e não quanto à esfera contábil,
185 sob responsabilidade de outra auditoria. A Presidente do CIF informou que o NAF poderá apoiar a
186 CT-ECL na análise das demonstrações financeiras. O coordenador da CT-BIO sugeriu que alguns
187 programas podem ser unidos em termos de auditoria, aproveitando os parâmetros e critérios para a
188 construção de uma forma de auditoria conjunta. A Presidente do CIF concordou que na segunda fase
189 do TTAC será necessária a avaliação conjunta entre os programas e projetos. A coordenadora da
190 CT-SHQA destacou a importância da avaliação conjunta dos problemas entre os projetos. Por fim, a
191 SECEX projetou documento da Renova com o cronograma da fase de definição dos programas,
192 destacando-se as etapas e a previsão de conclusão. Após amplo debate sobre o documento, houve
193 entendimento de que o cronograma deve ser reavaliado e atualizado junto às CTs. A Presidente do
194 CIF solicitou que a SECEX envie o documento às CTs. A Presidente do CIF determinou que cada
195 CT deverá explicitar as etapas que foram ou não concluídas, devendo encaminhar essas informações
196 para a Fundação. O representante da EY destacou a relevância dos relatórios parciais da auditoria
197 devido ao longo período de alguns programas, com duração entre dez e quinze anos. Próximo item
198 da pauta, o representante da Renova fez apresentação sobre o banco de dados, relatando que a
199 Fundação possui sistema de informações com camada relativa à consolidação de dados, sendo que o
200 trabalho em desenvolvimento consiste na transposição das informações mais relevantes para essa
201 camada, a qual possui tecnologia para geração de gráficos, informações e painéis. Em seguida,
202 apresentou a tecnologia que integra os dados de geoprocessamento e de *business intelligence*,
203 demonstrando a integração das ferramentas, tendo os dados do cadastro de impactados como objeto.
204 Ressaltou que essa tecnologia facilitará a tomada de decisão sobre determinado tema e auxiliará na
205 extração das informações mais relevantes, inclusive para publicação externa. A Presidente do CIF
206 questionou se as informações expostas seriam disponibilizadas para qualquer cidadão e o
207 representante da Renova afirmou ser possível, desde que haja articulação do CIF com os dirigentes
208 da Renova. A coordenadora da CT-FLOR afirmou que primeiramente devem ser definidos quais
209 dados de cada CT e quais projetos poderiam ficar disponíveis, decisão que deve ser tomada em
210 conjunto com os gestores da Renova. A Presidente do CIF mencionou que o sistema utilizará níveis
211 de acessos para facilitar a visualização do andamento dos trabalhos das CT's e da Renova. A
212 coordenadora da CT-CPDCS ressaltou que as informações são predominantemente públicas e que
213 devem seguir a legislação e a dinâmica do trabalho para definição dos critérios para a divulgação
214 das informações, salientando que a publicidade dos dados será benéfica para o acompanhamento
215 dos trabalhos do CIF pela sociedade. A representante da Coordenação Geral da Tecnologia da

216 Informação do Ibama citou o projeto do MPOG denominado “Dados Abertos”, sugerindo que a TI
217 da Fundação se articule com a TI do Ibama para trabalho conjunto sobre a definição dos critérios do
218 CIF. A coordenadora da CT-FLOR sugeriu que os coordenadores das CTs e a Renova devem definir
219 quais dados serão disponibilizados para publicação pela Renova, ressaltando que o trabalho deve ser
220 feito de forma conjunta e de acordo com a legislação. O coordenador da CT-BIO ressaltou que
221 existem milhares de dados do primeiro ano, e que a quantidade vem aumentando, sugerindo que o
222 trabalho seja dividido em etapas e em pacotes de informações, para ordenar os dados em
223 parâmetros. A Presidente do CIF sugeriu que a Fundação Renova envie a proposta dos dados a
224 serem divulgados, e que as CTs devem aprovar o formato e o conteúdo sugeridos para a divulgação,
225 respeitando as regras do TTAC. O representante da Renova sugeriu o escalonamento do trabalho e
226 ressaltou a importância do diálogo entre o coordenador da CT, o líder de determinado projeto e a TI
227 da Renova, para que haja efetividade na tradução dos dados em informações concretas para
228 publicação na plataforma. A Presidente do CIF citou os programas de monitoramento dos
229 programas socioambientais e socioeconômicos, e a correlação com o programa do banco de dados,
230 sob responsabilidade da CT-FLOR. A representante da Renova sugeriu que seja construído um
231 plano de ação concreto para discussão do início do desenvolvimento dessas atividades e a
232 Presidente do CIF propôs que o primeiro programa a ser integrado deve ser justamente o banco de
233 dados, por ser mais amplo e catalisador dos demais programas que também necessitam do banco de
234 dados. O representante da Renova sugeriu que determinados dados sejam divulgados no Portal da
235 Transparência e que outros dados sejam publicados no instrumento que será criado pela Fundação.
236 A Presidente do CIF frisou que apenas os dados pertinentes aos órgãos públicos serão
237 disponibilizados no Portal da Transparência, conforme a legislação, e que o instrumento em
238 desenvolvimento pela Renova deverá concentrar a maior parte das informações relativas aos
239 trabalhos da Fundação e dos entes públicos envolvidos, conforme os critérios do CIF. A
240 coordenadora da CT-SHQA, Diretora da área de TI da ANA, destacou que, além da representante da
241 CGTI/Ibama, a equipe da TI da ANA também auxiliará na definição da forma em que as
242 informações dos três programas da CT-SHQA deverão ser disponibilizadas à sociedade por meio do
243 instrumento da Renova. Ponderou que, quando se trata de qualidade de água, deve-se realizar todas
244 avaliações técnicas e estruturais antes de dar publicidade às informações, mencionando que está se
245 discutindo um projeto de criação de aplicativo de celular pela ANA que disponibilizará as
246 informações em tempo real para a sociedade. A coordenadora também ressaltou a importância da
247 rede de monitoramento do PMQQS, mencionando o episódio recente de alteração de um indicador
248 de qualidade de água detectado pela Sala de Situação da ANA. O coordenador da CT-BIO enalteceu
249 a importância do banco de dados, o qual poderá integrar as ações de recuperação do rio Doce, em
250 construção coletiva. A representante da CGTI sugeriu a criação de um questionário para diagnóstico
251 do plano de ação da TI. A coordenadora da CT-FLOR solicitou que as CTs iniciem os trâmites
252 administrativos para o início das tarefas relativas ao planejamento e aos questionários junto à
253 Renova. O coordenador suplente da CT-Rejeitos ressaltou que os três níveis de informações,
254 (informação, monitoramento e tomada de decisão) devem ser levados em consideração para
255 construção do plano de ação, considerando-se o objetivo, os indicadores e o público-alvo. A
256 Presidente do CIF sugeriu que o sistema integre os mais diversos níveis, conforme o
257 desenvolvimento dos programas ao longo do tempo. A representante da CT-CPDCS questionou
258 sobre a possibilidade de cruzamento de dados das áreas socioambientais e socioeconômicas, e o
259 representante da Renova respondeu que a Fundação contratou consultoria para elaborar um sistema
260 com instrumentos capazes de cruzar os mais diferentes dados gerando informações. Informou que
261 em Belo Horizonte foi criado o Centro de Fusão de Informação que tem como objetivo
262 concentração das informações disponíveis para respostas às questões que dependem do cruzamento
263 dos dados. Em seguida, citou o exemplo hipotético sobre o aumento das chuvas que provocaria
264 alterações nos indicadores da água e que poderia impactar na renda dos pescadores. Esse *software*
265 poderia fazer as correlações entre os eventos de forma estatística. A Presidente do CIF questionou
266 sobre o prazo para apresentação do plano de trabalho e o representante da Renova ressaltou que
267 depende do início das reuniões com as CTs. Será agendada reunião entre CTs e equipe da TI da
268 Renova para discussão do plano de trabalho para o banco de dados. A representante do IEMA
269 informou que o Governo do ES vem desenvolvendo uma atividade junto à CTOS no sentido de



270 prestar apoio às prefeituras municipais, sendo que já enviou ofício à Renova solicitando acesso aos
271 microdados das informações socioeconômicas, os quais poderiam gerar novas informações para
272 apoiar a execução de políticas nas áreas da saúde, educação e assistência social, ressaltando que os
273 Estados também poderão se beneficiar dos dados para a construção de suas políticas, principalmente
274 em relação aos municípios. A Presidente do CIF frisou que a meta é o maior detalhamento possível
275 em todos os programas e que o sistema funcione com uma ferramenta de trabalho para as CTs,
276 Renova e Governos, auxiliando no planejamento, na operação, na tomada de decisão e na
277 informação à sociedade. A coordenadora da CT-CPDCS questionou se os dados referentes aos
278 programas de cadastramentos relativos à Cláusula 105 estarão disponíveis no repositório. O
279 representante da Renova consultará o escritório para fornecimento de maiores detalhes, mas na
280 próxima semana haverá reunião sobre o tema, adiantando que será disponibilizada visualização do
281 cadastro similar ao disponibilizado pelo Ministério Público e Defensoria Pública da União. Às treze
282 horas a reunião foi **suspensa para o almoço**, sendo retomada às quatorze horas e trinta minutos.
283 Seguindo a pauta, a coordenadora da CT-CPDCS iniciou a apresentação frisando a necessidade de
284 alinhamento entre os coordenadores das CTs para nivelamento de informações em relação às
285 estratégias de comunicação. A coordenadora fez breve histórico sobre a criação, a composição e as
286 reuniões realizadas pela CT, destacando as cláusulas do TTAC referentes aos programas sob
287 responsabilidade da CT. Foi exposta a Nota Técnica nº 03/2017/CTCPDCS/CIF, com análise das
288 atribuições da CT e o escopo para atuação da mesma, conforme a NT. Apresentou consideração
289 sobre a necessidade de assegurar aos impactados, incluindo as pessoas físicas e jurídicas,
290 comunidades e movimentos sociais, a participação social na discussão e acompanhamento das ações
291 previstas no TTAC. A coordenadora destacou a Cláusula 59, relativa à garantia da participação
292 social nos processos de identificação e detalhamento de programas e projetos, bem como a
293 prestação de contas. Apontou a Cláusula 60 do TTAC, que versa sobre a população impactada direta
294 e indiretamente, e o acesso à informação ampla, transparente, completa e pública, em linguagem
295 acessível, adequada e compreensível a todos os interessados, como condição necessária à
296 participação social esclarecida, a qual norteia os conceitos e embasa a atuação da CT. O banco de
297 dados foi apontado como fundamental para fiel cumprimento Deliberação nº 105, referente aos
298 Parâmetros para o Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social, e com
299 recomendações para aprimoramento e expansão dos canais de comunicação disponibilizados pela
300 Fundação Renova, visando o acesso à informação enquanto direito fundamental. Após a exposição
301 das Cláusulas 63 a 66, a coordenadora explicou que a Fundação possui equipe de atuação voltada
302 para a participação. Em seguida, apresentou conceituações técnicas em relação à comunicação,
303 destacando o entendimento da comunicação comunitária de lógica dialógica, o melhor instrumento
304 para conferir legitimidade ao processo perante a sociedade. A comunicação comunitária seria a mais
305 adequada aos trabalhos da CT, com mobilização da sociedade para participação social por meio da
306 comunicação de mão dupla, entre governo e sociedade, apesar de a Fundação não ser um órgão
307 público, mesmo desempenhando função pública em relação ao rio Doce. A coordenadora da CT
308 conceituou o controle social como sendo uma forma de compartilhamento de poder de decisão e
309 expressão de cidadania, com possibilidade de a sociedade intervir nas prioridades das políticas
310 públicas e fiscalizar as condições de gestão, execução das ações e aplicação dos recursos. A
311 coordenadora discorreu sobre o diálogo social como um recurso estratégico de negociação dos
312 interesses e estabelecimento da interação e construção de sentido entre duas ou mais partes.
313 Adiante, tratou da mesa de diálogo como mecanismo de debate e negociação com a participação dos
314 setores da sociedade civil e do governo diretamente envolvidos, no intuito de prevenir, mediar e
315 solucionar conflitos sociais, com prazo definido de funcionamento e acompanhamento da
316 implementação de soluções pactuadas e obrigações voluntariamente assumidas pelas partes
317 envolvidas. Durante as reuniões da CT-CPDCS, chegou-se ao consenso da transversalidade das
318 ações do CIF, principalmente quanto ao banco de dados, mencionando-se o conceito de
319 territorialidade. Em seguida, destacou as divergências em relação à atuação da CT, a qual deve
320 garantir à população o acesso à informação para viabilizar a participação da sociedade junto ao CIF.
321 Assim, destacou que a comunicação entre as CTs deve ser realizada pela SECEX, e não pela CT-
322 CPDCS, cuja atuação deve ser conforme previsto na Deliberação nº 7. Citou o exemplo do
323 reassentamento, em que a CT atuaria para garantir a participação da sociedade. A coordenadora da

324 CT-SHQA elogiou a iniciativa desta reunião e enalteceu a importância da definição dos limites de
325 atuação da CT-CPDCS. Também questionou a não-participação da Defensoria Pública e do
326 Conselho Nacional de Direitos Humanos junto ao CIF. A Coordenadora da CT-CPDCS relatou
327 sobre pesquisa do IPEA relativa ao perfil dos Conselheiros do CONAMA, cujos conceitos sobre
328 determinados termos possuem diferentes significados para os conselheiros devido à especificidade e
329 complexidade dos temas. Adiante, ressaltou que o plano de comunicação será construído a partir das
330 demandas da sociedade, ouvindo a população para demarcar os principais problemas, para depois
331 construir os instrumentos para atendê-los, destacando que a participação social subsidiará a
332 construção das estratégias de comunicação. A professora da UFES ressaltou a importância relativa à
333 adequação da linguagem para comunicação conforme o público e os diferentes agentes envolvidos:
334 população geral, pescadores, empresários e órgãos públicos. A coordenadora da CT-SHQA ressaltou
335 a preocupação relativa à saúde das pessoas, sendo necessária a criação de estratégia de comunicação
336 em relação à qualidade da água, visto que as pessoas não tinham confiança para consumir a água do
337 rio, a qual está em condições de tratamento. A coordenadora da CT-CPDCS ressaltou que as
338 secretarias de saúde dos Estados de MG e ES também devem participar da elaboração da estratégia
339 de comunicação em relação ao consumo de água. Ampla discussão sobre a integração dos trabalhos
340 das CTs. Foi informado que quatro membros do CIF são coordenadores de CTs. A coordenadora da
341 CT-CPDCS mencionou que a Fundação promoveu eventos de mesa de diálogo, sendo necessário
342 melhor conhecimento da metodologia, o que deve ser fiscalizado. A professora da UFES alegou que
343 a Renova entende o engajamento como o envolvimento de própria equipe e não da sociedade,
344 tecendo críticas à Fundação quanto à participação social, uma vez que as informações são
345 apresentadas baseando-se no marketing, e não essencialmente em participação social. A professora
346 relatou a dificuldade da continuidade dos trabalhos devido à rotatividade dos membros de
347 comunicação, tanto nas CTs, quanto na Renova. A apresentação do novo chefe de comunicação da
348 Renova na última reunião do CIF foi criticada. O coordenador da CTOS relatou que a mídia
349 divulgou de maneira errônea as determinações contidas na deliberação sobre a indenização. A
350 coordenadora da CT-CPDCS apontou que o monitoramento da comunicação institucional do CIF,
351 para correção de informações distorcidas repassadas à sociedade, deve ser realizado pela SECEX. O
352 Secretário-Executivo do CIF fez a leitura do art. 9º do Regimento Interno do CIF, o qual dispõe
353 sobre as competências da SECEX, afirmando que comunicação institucional e/ou intercâmaras não
354 faz parte das atribuições da SECEX. A coordenadora da CT-SHQA sugeriu deliberação definindo
355 prazo para o plano de comunicação e elaboração das bases mínimas e diretrizes básicas para o plano
356 de comunicação. A coordenadora suplente da CT-CPDCS insistiu sobre atuação da SECEX nos
357 moldes de uma assessoria de gabinete ou ASCOM do CIF, em virtude do crescimento das demandas
358 de trabalho. A coordenadora da CT-CPDCS informou que é preciso pensar numa forma de dar conta
359 da comunicação na integração entre as ações socioeconômicas e socioambientais. O coordenador da
360 CT-IPCT citou a complexidade das normas internacionais de comunicação em relação aos
361 indígenas. O Secretário-Executivo do CIF relatou que a SECIR registrou reiteradas negativas das
362 comunidades indígenas para a composição do Conselho Consultivo da Renova. A professora da
363 UFES mencionou que a Fundação deve garantir a participação da sociedade e ressaltou a
364 importância da pactuação conceitual entre as CTs e o caráter transversal da atuação da CT-CPDCS.
365 A coordenadora da CT-CPDCS afirmou que a CT está disposta em trabalhar para informar e mediar
366 conflitos. O coordenador suplente da CT-Rejeitos fez a leitura da cláusula referente ao Conselho
367 Consultivo da Renova previsto no TTAC, cujas atribuições estão ligadas à participação social, e
368 sugeriu a aproximação da CT-CPDCS com esse Conselho. O Secretário-Executivo do CIF explicou
369 sobre substituição da CIRM pelo MMA no Conselho Consultivo. Últimas dúvidas e
370 esclarecimentos. O Secretário-Executivo do CIF agradeceu a participação e convidou a todos para a
371 próxima reunião ordinária do CIF, a ser realizada no dia 23 de outubro, a partir das quatorze horas, e
372 no dia 24 de outubro, a partir das dez horas, no Auditório 2 do Ibama Sede, em Brasília/DF. A
373 Reunião Intercâmaras do CIF se encerrou às dezesseis horas e trinta minutos do dia dezessete de
374 outubro de 2017.

